

Dúvida e dor persistem

JUSTIÇA Um ano depois, a polícia apresenta os executores de Marielle, mas é incapaz de dizer quem mandou matar e por quê

POR RODRIGO MARTINS

Dois dias antes de completar um ano o assassinato de Marielle Franco, a Polícia Civil do Rio de Janeiro prendeu dois ex-policiais militares suspeitos de participar da execução da vereadora e de seu motorista, Anderson Gomes. De acordo com a denúncia apresentada pelo Ministério Público Estadual, o sargento reformado Ronnie Lessa foi o autor dos disparos e Élcio Vieira de Queiroz, expulso da corporação em 2015, conduziu o veículo usado pelos sicários. Ambos são suspeitos de associação com o chamado “Escritório do Crime”, a mais temida quadrilha de matadores profissionais do estado.

Apesar do avanço nas apurações, as respostas ficaram pela metade. Após meses desperdiçados em intrigas e pistas falsas, os investigadores ainda não são capazes de dizer quem são os mandantes e qual foi a motivação do crime. Responsável pelo caso, Giniton Lages, chefe da Delegacia de Homicídios da Capital, afirmou não descartar a possibilidade de os criminosos terem agido por conta própria, em um “crime de ódio”. Ao apresentar a exótica tese em entrevista coletiva, o delegado disse que Lessa tinha “obsessão” contra políticos

de esquerda, e chegou a fazer recorrentes pesquisas na internet sobre figuras do círculo de Marielle, como o deputado Marcelo Freixo, do PSOL, padrinho da vereadora na política.

A hipótese desafia a lógica e ofendeu amigos e familiares das vítimas. “O assassino é um matador de aluguel conhecido na história do Rio. É um psicopata violento, muito perigoso, mas que sempre foi contratado para executar pessoas. De repente, no caso de Marielle, ele muda completamente o perfil de sua psicopatia e resolve agir por conta própria, por razões ideológicas? Não faz o menor sentido”, comenta Freixo (*entrevista à pág. 26*).

Por coincidência (ou nem tanto), o delegado foi afastado do caso logo após o comentário. Oficialmente, Lages foi destacado para fazer um treinamento com a polícia italiana de formas de combate ao crime organizado. “Convidei (*para o intercâmbio*) porque ele está cansado.

Os suspeitos são dois ex-PMs acusados de integrar o Escritório do Crime, bando de matadores de aluguel



Tempo perdido. A polícia desperdiçou meses em intrigas e pistas falsas. Marielle e seu motorista, Anderson Gomes, foram executados em 14 de março de 2018

Está esgotado”, despistou o governador Wilson Witzel. Na verdade, o delegado desgastava-se há tempos, e não apenas pela demora em esclarecer o crime.

Marielle e Anderson foram mortos a tiros em 14 de março do ano passado, quando retornavam de um evento político na Lapa. Desde então, autoridades declararam diversas vezes que o caso estava próximo de um desfecho, mas nenhuma prova concreta havia sido apresentada.

Baseada no depoimento de um ex-PM, a principal linha de investigação até novembro passado apontava para o vereador Marcello Siciliano, do PHS, como mandante do crime, tramado em parceria com o ex-PM Orlando Oliveira de



TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 30

Lava Jato. A “República de Curitiba”
sofre um duro revés em seu projeto
de firmar-se como poder paralelo



TANIA REGO/ABR E MÁRCIA FOLETTI/AG. O GLOBO

Araújo, o Orlando de Curicica, apontado como chefe de uma milícia carioca. No fim de fevereiro, o delator admitiu, porém, ter inventado a história para se “ver livre das ameaças” de Curicica.

Preso por um crime sem relação com a morte da vereadora, o miliciano já havia denunciado ao Ministério Público Federal ter sofrido coação de integrantes da Delegacia de Homicídios para assumir a autoria do duplo homicídio quando ainda estava em Bangu 9, antes de ser transferido para uma penitenciária federal. Segundo Curicica, os agentes receberam dinheiro para não investigar crimes cometidos pelo Escritório do Crime. Siciliano, por sua vez, pediu a federalização das investigações e o fim do sigilo do inquérito. Por determinação da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, a Polícia Federal passou a apurar





Diga-me com quem andas...

Bolsonaro é vizinho do atirador e posou para fotos com o motorista dos assassinos. A imagem ao lado foi publicada pelo suspeito no Facebook em 2018. Witzel agora se arrepende do lamentável espetáculo abaixo



as denúncias de Curicica em novembro, no que ficou conhecido como a “investigação da investigação”.

Após toda essa lambança, o Ministério Público fluminense rompeu com a Delegacia de Homicídios por discordar dos rumos do inquérito, como revelou uma reportagem publicada pelo jornal *O Globo* em dezembro de 2018. Um mês depois, os promotores do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, que haviam iniciado uma investigação paralela meses antes, deflagraram a operação “Os Intocáveis” para prender milicianos da comunidade Rio das Pedras, na Zona Oeste da capital, entre eles alguns suspeitos de integrar o grupo de matadores de aluguel denunciado por Curicica. O Escritório do

Crime nasceu das entranhas dessa milícia, envolvida em negócios imobiliários, além da cobrança de taxas de proteção e da exploração de transporte de vans.

Ao todo foram expedidos 13 mandados de prisão, mas oito suspeitos conseguiram escapar do cerco policial e seis permaneceram foragidos até o fim de fevereiro, entre eles o ex-capitão do Batalhão de Operações Especiais da PM (Bope) Adriano Magalhães da Nóbrega, apontado como um dos líderes tanto da milícia quanto do Escritório do Crime. Guarde esse nome, voltaremos a ele em breve.

A investigação só chegou a Ronnie Lessa após uma longa apuração tecnológica. Sem provas testemunhais e sem encontrar o Chevrolet Cobalt usado pelos assassinos, um veículo clonado, a polícia

quebrou o sigilo de mais de 2,4 mil antenas de celular para rastrear todos os aparelhos, cerca de 33 mil, que estavam ligados nos locais por onde Marielle passou no dia do crime. Com base no horário em que uma câmera de segurança captou a luz de um telefone dentro do carro usado para perseguir a vereadora, foi possível reduzir a busca para 318 celulares.

Um deles pertencia a Lessa, alvo de uma denúncia à polícia em outubro. Embora a linha estivesse em nome de um laranja, o sargento reformado havia inserido dados pessoais no aparelho para acessar aplicativos. Por ordem judicial, as empresas responsáveis pelos programas forneceram as informações guardadas em seus servidores.

Na madrugada da terça-feira 12, enquanto a polícia ainda cumpria mandados de prisão e de busca e apreensão, os jornalistas Chico Otávio e Vera Araújo já revelavam com riqueza de detalhes o perfil dos suspeitos no site do jornal *O Globo*. Oriundo do Exército, Lessa entrou para a Polícia Militar em 1992. Atuou no 9º Batalhão de Rocha Miranda, uma das unidades mais violentas da época, e ficou por um tempo sob o comando do então capitão Cláudio Luiz Silva de Oliveira, que viria a ser condenado pelo assassinato da juíza Patrícia Acioli em 2011.

Lessa recebeu numerosas menções de louvor por bravura e, cedido à Polícia Civil, destacou-se na rápida solução de crimes. A fama chegou aos ouvidos do bicheiro Rogério Andrade, que o arrematou para o seu bando. A credibilidade de Lessa só ruiu após uma bomba explodir no carro do contraventor e matar o filho, Diogo Andrade, de 17 anos. O método de detonação da bomba é similar ao do atentado que, em 2009, atingiu Lessa e o fez perder uma das pernas. Fora da PM, ele passou a ser agenciado para empreitadas criminosas específicas. “Hábil no manejo principalmente de fuzis, é conhecido por gostar de atirar

sentado, embora uma prótese moderna disfarce bem o problema físico quando em pé”, diz a longa reportagem.

Suspeito de dirigir o carro usado na emboscada de Marielle, Élcio Queiroz foi expulso da PM após ser alvo da Operação Guilhotina, da Polícia Federal, dedicada ao combate da corrupção policial no Rio de Janeiro. Ao cabo, ambos foram recrutados pelo Escritório do Crime. “Nesse bando, o sargento atuava junto ao ex-capitão Adriano Magalhães da Nóbrega, que está foragido. Já Élcio é comparsa e compadre de Lessa”, acrescenta *O Globo*.

Nóbrega, o nome que pedimos ao leitor para guardar na memória, foi homenageado em duas ocasiões pelo então deputado estadual Flávio Bolsonaro, filho do presidente e hoje senador da República. Em 2003, o parlamentar apresentou moção de louvor ao então capitão do Bope. Dois anos depois, assinou a proposta para conceder a Medalha Tiradentes. Não é tudo. A mãe e a esposa do miliciano trabalharam no gabinete de Flávio na Assembleia Legislativa. Raimunda Vera Magalhães, a mãe, também é citada no relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) como uma das servidoras que fizeram depósitos na conta de Fabrício Queiroz, o milionário motorista da família Bolsonaro.

As coincidências não param por aí. Lessa, o acusado de puxar o gatilho contra Marielle, mora no mesmo condomínio de Jair Bolsonaro. Segundo o delegado Lages, uma das filhas do sargento reformado foi namorada pelo caçula do presidente, Jair Renan, de 20 anos, conhecido como “BolsoKid”. Élcio Queiroz, o motorista do carro que emboscou a vereadora, aparece ainda em uma fotografia ao lado de Bolsonaro. A imagem foi divulgada pelo suspeito no Facebook em agosto de 2018, mas pode ter sido tirada anos antes, quando ainda atuava na PM.

Curiosamente, 48 horas após dar o furo sobre a prisão dos suspeitos de matar Marielle, o jornalista Chico Otávio

O caso **constrange a família Bolsonaro** devido a uma série de **“coincidências”**

foi alvo de um ataque de Bolsonaro nas redes sociais. Ao repercutir uma notícia falsa contra a jornalista Constança Rezende, do *Estado de S. Paulo*, baseada em um áudio manipulado por um obscuro site, o presidente fez questão de mencionar: “Ela é filha de Chico Otávio, profissional de *O Globo*”. Seria uma ameaça velada ao repórter, enquanto ele apurava a matéria sobre os milicianos?

O Ministério Público do Rio diz ainda não ver motivos para suspeitar da família que ocupa o Palácio do Planalto.



O amigo do Bope. Flávio Bolsonaro prestou homenagens, além de empregar a esposa e a mãe de Adriano Magalhães da Nóbrega, chefe do Escritório do Crime

Embora Lessa tenha uma bela casa em sua rua, Bolsonaro diz não se lembrar do vizinho. A residência do sargento tem 420 metros quadrados, cinco suítes e é avaliada em 4 milhões de reais, um patrimônio invejável para um ex-policia que aposentaria gira em torno de 7 mil por mês. “Não tem vida social no meu condomínio”, desconversou o presidente. BolsoKid parece discordar nesse ponto, como o próprio pai admitiu. “Meu filho Jair Renan disse naquela linguagem: ‘Papai, namorei todo mundo no condomínio, não lembro dessa menina.’”

À época do assassinato de Marielle, Flávio Bolsonaro chegou a prestar condolências à família dela nas redes sociais, mas apagou a mensagem em seguida. Seu irmão, Eduardo, aproveitou a ocasião para fazer um ataque rasteiro ao partido da vereadora. “Se você morrer, seus assassinos serão tratados por suspeitos, salvo se você for do PSOL, aí você coloca a culpa em quem você quiser, inclusive na PM”, publicou no Twitter. Negra, feminista, homossexual e defensora dos direitos humanos, Marielle incomodou a militância bolsolonarista a tal ponto que, nas eleições de 2018, dois brutamontes quebraram uma placa em homenagem à vereadora assassinada em um comício e, lamentavelmente, acabaram eleitos deputados pelo PSL.

Presente no ato, Witzel gravou um vídeo da cena, no qual demonstra aprovação à conduta: “É isso aí, pessoal, olha a resposta”. Demorou cinco meses para o governador do Rio pedir desculpas à família de Marielle, na quarta-feira 13. Na ocasião, Jurema Werneck, da Anistia Internacional, cobrou o prosseguimento das investigações até a identificação dos mandantes. “Queremos saber também sobre a arma da Polícia Civil utilizada no assassinato, a munição da Polícia Federal, a negligência e as interferências indevidas no processo.” Neste caso, sobram perguntas sem resposta. •